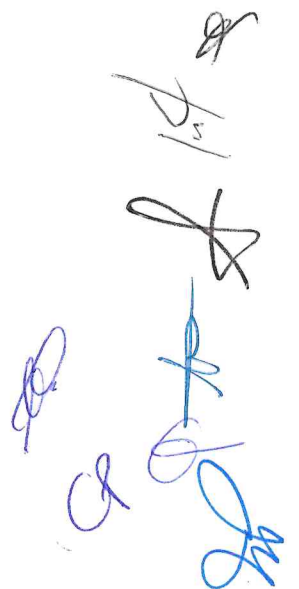


**ORÇAMENTO E
GRANDES OPÇÕES DO PLANO
PARA O ANO 2026**



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are arranged vertically, with some appearing to be initials and others more complete names.



INTRODUÇÃO

[Handwritten signatures in black and blue ink]



INTRODUÇÃO

Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para o ano de 2026 estabelecem um conjunto de objetivos que se pretendem concretizar no Concelho nas mais diversas áreas de atuação e dentro das atribuições e competências autárquicas.

Ora, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as autarquias locais estão sujeitas na aprovação dos seus orçamentos a um conjunto de regras orçamentais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro articulada com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, Lei n.º 8/2021, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, determinam o quadro normativo que se aplica à execução orçamental.

Sendo o orçamento municipal o principal instrumento de gestão que visa, através da afetação dos recursos financeiros necessários, converter as intenções em realizações.

Os documentos previsionais para 2026, foram elaborados nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro) e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 192/2015, de 11 de setembro, apresentam um valor global de 15 589 376 euros, conforme se pode verificar em detalhe, por capítulo económico.

Em termos globais o Orçamento Municipal apresenta um decréscimo de 23,15% relativamente ao orçamento do ano anterior (20 284 426 euros).

27/01/2026

2



Resumo do Orçamento por Capítulos

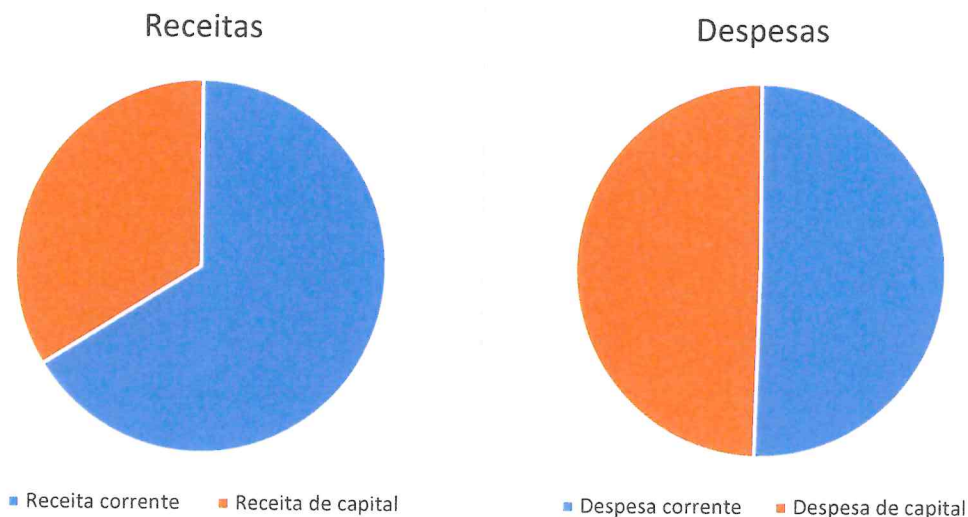
Receitas	Valor	%	Despesa	Valor	%
Receitas Correntes	12 357 643	79,3%	Despesas correntes	8 492 399	54,5%
Impostos Diretos	2 719 533	22,0%	Pessoal	3 752 847	44,2%
Taxas, multas e outras penalidades	726 253	5,9%	Aquisição de bens e serviços	3 519 700	41,4%
Rendimentos de propriedade	502	0,0%	Juros e outros encargos	267 000	3,1%
Transferências correntes	7 216 170	58,4%	Transferências correntes	888 250	10,5%
Venda de bens e prest. serv. corrent.	1 695 177	13,7%	Subsídios	0	0,0%
Outras receitas correntes	8	0,0%	Outras despesas correntes	64 602	0,8%
Receitas de capital	3 231 733	20,7%	Despesas de capital	7 096 977	45,5%
Venda de bens de investimento	0	0,0%	Aquis. de bens de investimento	5 846 977	82,4%
Transferências de Capital	3 231 731	100,0%	Transferências de capital	0	0,0%
Ativos financeiros	0	0,0%	Ativos financeiros	0	0,0%
Passivos financeiros	0	0,0%	Passivos financeiros	1 250 000	17,6%
Outras receitas de capital	0	0,0%	Outras despesas de capital	0	0,0%
Rep.não abatidas nos pagamentos	2	0,0%			
Saldo da gerência anterior	0	0,0%			
TOTAL DA RECEITA	15 589 376	100,0%	TOTAL DA DESPESA	15 589 376	100,0%

A previsão das receitas e das despesas, do Município, para o ano de 2026, é de 15,58 milhões euros.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.



Estrutura da Receita e da Despesa Orçamentada



As receitas correntes deverão atingir o montante de 12,35 milhões de euros, com vista a financiar as despesas correntes de 8,49 milhões de euros. A diferença no montante de 3,86 milhões, destina-se a suportar, conjuntamente com as receitas de capital no montante de 3,23 milhões, as despesas de capital que se prevê atingir 7,09 milhões de euros. Podemos afirmar que parte da receita corrente financia a despesa de capital.

Equilíbrio Orçamental

A Proposta de Orçamento do Município para o ano de 2026 encontra-se equilibrada considerando que as receitas correntes cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com o art.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro, libertando ainda saldo para as despesas de capital.

Apura-se assim nos termos do anteriormente referido uma margem de equilíbrio orçamental no montante aproximado de 2,4 milhões de euros.



Equilíbrio Orçamental			
		Despesas correntes	8 492 399
Receitas correntes	12 357 643		
		Amortizações médias de empréstimos (M/L prazos)	1 421 516
(1) TOTAL	12 357 643	(2) TOTAL	9 913 915
(3) TOTAL = (1) - (2) = 2 443 728			
Nota: Equilíbrio orçamental (Receita Corrente Bruta > Despesa Corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazos)			

Evolução da Receita Orçamentada

Prevê-se que as receitas do Município, no ano de 2026, em comparação com o ano de 2025, diminuam aproximadamente 23,15%, conforme documenta o quadro seguinte que representa em valores absolutos uma diminuição aproximada de 4,6 milhões de euros. Essa diminuição de 4,6 milhões de euros no orçamento que na sua globalidade é de 15,58 milhões, torna-se difícil a sua justificação. No entanto se analisarmos de forma separada as receitas correntes e as receitas de capital verifica-se a existência de acréscimos significativos.

Em comparação com o orçamento de 2025, as receitas correntes apresentam um acréscimo de aproximadamente 577 077 euros e as de capital um decréscimo de aproximadamente 5,2 milhões de euros.



Evolução da receita orçamentada 2026 - 2025

Receitas	2026		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	12 357 643	79,3%	11 780 566	58,1%	577 077	4,67%
Impostos Diretos	2 719 533	22,0%	2 576 083	30,3%	143 450	5,27%
Taxas, multas e outras penalidades	726 253	5,9%	591 518	7,0%	134 735	18,55%
Rendimentos de propriedade	502	0,0%	502	0,0%	0	0,00%
Transferências correntes	7 216 170	58,4%	6 991 981	82,3%	224 189	3,11%
Venda de bens e prest. serv.corrent.	1 695 177	13,7%	1 620 474	19,1%	74 703	4,41%
Outras receitas correntes	8	0,0%	8	0,0%	0	0,00%
Receitas de Capital	3 231 733	20,7%	8 503 861	41,9%	-5 272 128	-163,14%
Venda de bens de investimento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Transferências de Capital	3 231 731	100,0%	8 503 859	119,8%	-5 272 128	-163,14%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Passivos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Outras receitas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Rep.não abatidas nos pag.	2	0,0%	2	0,0%	0	0,00%
Saldo da gerência anterior	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
TOTAL DA RECEITA	15 589 376	100,0%	20 284 427	100,0%	-4 695 051	-23,15%



Evolução da Despesa Orçamentada

Prevê-se que as despesas do Município, no ano de 2026, em comparação com o ano de 2025, diminuição de aproximadamente 23,15%, conforme documenta o quadro seguinte representando em valores absolutos uma diminuição aproximada de 4,6 milhões de euros. Esta diminuição de 4,6 milhões de euros no orçamento que na sua globalidade é de 15,58 milhões, torna-se difícil a sua justificação. Se analisarmos de forma separada as despesas correntes e as despesas de capital verifica-se a existência de acréscimos nas despesas correntes e de decréscimos nas de capital. No entanto, existe um decréscimo nos juros e outros encargos.

Evolução da despesa orçamentada 2026 - 2025

Receitas	2026		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	8 492 399	54,5%	7 977 024	39,3%	515 375	6,46%
Despesas com pessoal	3 752 847	24,1%	3 315 347	16,3%	437 500	13,20%
Aquisição de bens e serviços	3 519 700	22,6%	3 449 400	17,0%	70 300	2,04%
Juros e outros encargos	267 000	1,7%	277 675	1,4%	-10 675	-3,84%
Transferências correntes	888 250	5,7%	873 000	4,3%	15 250	1,75%
Subsídios	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Outras despesas correntes	64 602	0,4%	61 602	0,3%	3 000	4,87%
Despesas de Capital	7 096 977	45,5%	12 307 402	60,7%	-5 210 425	-42,34%
Aquis. de bens de investimento	5 846 977	37,5%	11 007 402	54,3%	-5 160 425	-46,88%
Transferências de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Passivos financeiros	1 250 000	8,0%	1 300 000	6,4%	-50 000	-3,85%
Outras despesas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
TOTAL DA DESPESA	15 589 376	100,0%	20 284 426	100,0%	-4 695 050	-23,15%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'R'.



Grandes Opções do Plano 2026 – 2030

As Grandes Opções do Plano 2026 – 2030, refletem todos os programas, projetos e ações definidas pelo Executivo para um horizonte temporal de cinco anos e são repartidos pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes.

Resumo das Grandes Opções do Plano							
Objetivo	Programa	Designação	2026	2027	2028	2029	2030
1		Funções Gerais	2 106 477	1 234 500	1 234 500	1 234 500	1 234 500
	110	Serviços Gerais de Administração Pública	1 929 477	1 162 500	1 162 500	1 162 500	1 162 500
	120	Segurança e Ordem Pública	177 000	72 000	72 000	72 000	72 000
2		Funções Sociais	2 838 000	1 297 387	1 297 387	1 297 387	1 244 936
	210	Educação	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
	220	Saúde	0	0	0	0	0
	232	Ação Social	122 000	122 000	122 000	122 000	122 000
	240	Habituação e Serviços Coletivos	2 017 500	755 387	755 387	755 387	702 936
	250	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	648 500	370 000	370 000	370 000	370 000
3		Funções Económicas	3 364 000	0	0	0	0
	320	Indústria e Energia	56 500	0	0	0	0
	330	Transportes e Comunicações	1 604 500	0	0	0	0
	340	Comércio e Turismo	13 000	0	0	0	0
	350	Outras Funções	1 690 000	0	0	0	0
4		Outras Funções	1 517 000	1 393 500	1 383 200	1 647 500	1 647 500
	410	Operações de Dívida Autárquica	1 517 000	1 393 500	1 383 200	1 647 500	1 647 500
TOTAL GERAL			9 825 477	3 925 387	3 915 087	4 179 387	4 126 936

Constata-se que é o objetivo 3 – “Funções Económicas” o que apresenta uma dotação maior seguindo-se o objetivo 2 – “Funções Sociais” com uma dotação de 2,83 milhões de euros.



Rácios Orçamentais

Rácios	2026	2025
Receita		
Impostos Municipais / total das receitas	17,4%	12,7%
Venda de bens e prestação de serv. correntes / total das receitas	10,9%	8,0%
Total das transferências / total das receitas	67,0%	76,4%
Total das receitas próprias / total das receitas	33,0%	23,6%
Total das taxas, multas e outras penalidades / total das receitas	4,7%	2,9%
Despesa		
Despesas com pessoal / total das despesas	24,1%	16,3%
Aquisição de bens e serviços / total das despesas	22,6%	17,0%
Total das transferências / total das despesas	5,7%	4,3%
Despesas correntes / total das despesas	54,5%	39,3%
Despesas de capital / total das despesas	45,5%	60,7%
Juros e outros encargos / total das despesas	1,7%	1,4%

Na dotação prevista no orçamento de 2026, verifica-se que o maior peso sobre o total das receitas é das transferências (67,0%), seguindo-se o das receitas próprias (33,0%).

Em relação as despesas verificamos um equilíbrio entre as despesas com o pessoal (24,1%) e as despesas com aquisição de bens e serviços (22,6%).

de
9



Endividamento

Capital em Dívida de Empréstimos

O Município apresenta, à data da elaboração deste orçamento, um montante em dívida de 28.546.375,60, referente a empréstimos de médio e longo prazo, que ao compararmos com igual período do ano anterior, podemos verificar um decréscimo de 1.137.367,84€.

Capital em Dívida de Empréstimos

	Empréstimos	2025 setembro	2024 setembro
(1)	Capital em Dívida de Empréstimos a Curto Prazo	0,00	0,00
(2)	Capital nem Dívida de Empréstimos a Médio/Longo Prazo	28 546 375,60	29 683 743,44
	Exigível a curto prazo	572 329,08	572 329,08
	Exigível a médio e longo prazo	27 974 046,52	29 111 414,36
(3)=(1)+(2)	Total do Capital em Dívida em Empréstimos	28 546 375,60	29 683 743,44

Responsabilidades Contingentes

A alínea i) do artigo 2.º do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), define “responsabilidades contingentes” como “possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidos”. O Orçamento Municipal incluirá a identificação e a descrição das responsabilidades contingentes, conforme determina o artigo 46.º da RFALEI.



Apresenta-se de seguida o quadro dos processos judiciais pendentes que poderão constituir eventuais responsabilidades contingentes, sendo que, os de valores mais elevado, já tiveram decisão favorável em primeira instância, aguardando a decisão de recurso, mas não sendo de esperar que reverta a decisão de absolvição da CMVFC já proferida.

Nº Processo	Descrição	Data	Espécie	Tribunal	Tipo	Valor da Ação (1)
7249	Construção Pavilhão Multiusos	22/11/2011	Administrativo	PD- Tribunal Administrativo e Fiscal	Ação Ordinária	977 760,97€
7849-A	Loteamento Rua de S. Lázaro, Água d'Alto	23/09/2013	Administrativo	PD- Tribunal Administrativo e Fiscal		1 676 619,27€
9167	Recusa na receção de obras de urbanização	30/03/2015	Administrativo			30 000,01€
13058 - A	Reivindicação prédio 488 Água D'Alto	24/10/2023				5 000,01€

(1) – Corresponde ao valor da ação e, naturalmente, pode não corresponder necessariamente ao valor final de condenação se for o caso. Também não inclui, nomeadamente juros de mora e custas judiciais.

Na impossibilidade de determinar o momento exato e o valor da decisão judicial que venha a ser proferida sobre cada um dos processos, remete-se para o mecanismo das modificações orçamentais a cobertura orçamental de possíveis responsabilidades contingentes que venham a tornar-se efetivas.